



Eliane Cantanhêde Até julho? Será?

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

O presidente Lula entrou em ação, o clima político melhorou e a regulamentação da reforma tributária foi, enfim, entregue ao Congresso com um sistema mais justo, mas com privilégios mal explicados. Se o governo demorou tantos meses até um consenso interno, imagine-se como vai ser a negociação com Câmara, Senado, governadores, prefeitos e os demais setores da economia. O senador Rodrigo Pacheco e o deputado Arthur Lira se comprometem a fechar a votação até 17 de julho, antes do recesso parlamentar. Dois meses? Será?

O tempo todo, o ministro da

Fazenda, Fernando Haddad, assumiu uma postura negociadora e pragmática, até acusada de liberal (positiva para o mercado, mas palavra para o PT), mas compromisso com políticas sociais e uma "tributação mais justa". Assim, a regulamentação contém alíquota zero para 15 produtos da cesta básica, 40% da alíquota-padrão para áreas como saúde, educação e transporte e um "cashback", com devolução de 50% em dinheiro do que os consumidores mais pobres pagam em gás, luz e água.

De outro lado, porém, há um desconto de 30% para profissionais liberais, como advogados,

engenheiros, veterinários, arquitetos... Há, por exemplo, advogados "de porta de cadeia" e os que ganham fortunas de clientes de colarinho-branco e

Reforma tributária: 'cashback' para pobres, descontos para produtos caros e profissionais ricos

o privilégio já está sendo alvo de provocação: "Ué! O governo não reclamou tanto da PEC do Quinquênio (para promotores e juizes)?" E, entre os 14 tipos de alimentos com desconto de

60%, há crustáceos, peixes, carne bovina, suína e ovina, sem excluir produtos das mesas mais ricas, como a "picanha" que Lula prometeu com a cervejinha gelada de fim de semana.

Haddad, que deixou os livros em São Paulo e mergulhou na articulação com o Congresso, foi até Lira e depois a Pacheco, tirou fotos sorridente e foi só elogios, inclusive a Lula, ao anunciar o envio da proposta. Lembrando que esse é só mais um passo numa maratona. Semana que vem tem feriado numa quarta-feira – logo, feriadão – e todas as negociações e votações têm de ser em maio, junho e metade de julho.

O Congresso aprovou a reforma tributária para consumo, mas falta a segunda parte, da renda. E agora o governo enviou a regulamentação do IVA e dos dois novos impostos, o federal e o estadual e municipal, mas falta uma segunda regulamentação ainda da primeira parte da reforma, sobre o comitê gestor e da distribuição dos recursos. Resumo da ópera: a reforma era indispensável e a regulamentação é a possível, mas ainda há muita negociação, pressão e, claro, críticas. O tempo está correndo... ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDOORDO,
DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL
GLOBONews EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quincenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quincenalmente) • QUI. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Ética Pública

Comissão investiga ministro da CGU por conflito de interesse

'Estadão' revelou que escritório de advocacia de Vinicius Marques de Carvalho atua para a Novonor, antiga Odebrecht

WESLEY GALZO
BRASILIA

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República abriu uma investigação preliminar para apurar eventual conflito de interesses do ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho. O Estadão revelou na semana passada que o escritório de advocacia do ministro presta serviços para a Novonor, antiga Odebrecht, ao mesmo tempo que a CGU renegocia os acordos de leniência firmados no âmbito da Operação Lava Jato.

O caso será relatado pelo conselheiro Edson Leonardo Teles, indicado para o cargo durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2021. O mandato dele tem vigência até maio deste ano. Após o processo de instrução e coleta de provas, a investigação é levada ao plenário da Comissão de Ética para os demais membros decidirem se conduzirão um processo que pode aplicar sanções ao ministro.

Procurada pela reportagem,

a CGU afirmou que reforça os posicionamentos já manifestados anteriormente de que Vinicius Marques de Carvalho não participa de processos relacionados à Novonor. Na última semana, questionado sobre o suposto conflito de interesse, o ministro da CGU afirmou, em nota ao Estadão, que desistiu de receber qualquer dinheiro do escritório enquanto estiver no serviço público, mes-

Dividendos Mesmo licenciado de escritório, ministro consultou comissão sobre ganho de dividendos

mo tendo consultado a Comissão de Ética justamente para isso. Não esclareceu, no entanto, como os lucros do escritório estão sendo divididos atualmente – se sua parte está indo para sua mulher, se é mantida no caixa do escritório ou ainda se é repassada a outros advogados vinculados à banca. Disse também que está licenciado do escritório desde que assumiu o cargo no governo, no início de 2023, e evita atuar em situações que configurem conflito de interesse.

A investigação sobre o ministro da CGU foi aberta a partir das denúncias de três parlamentares de oposição ao governo do presidente Luiz Inácio

Lula da Silva: o senador Rogério Marinho (PL-RN) e o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ). As representações foram unificadas e estão em fase de análise preliminar.

Como mostrou o Estadão, Vinicius Marques de Carvalho já se sentou à mesa com advogados da Novonor e de outras sete empreiteiras para rediscutir acordos de leniência. Publicamente, o ministro tem dado declarações de que os acordos não podem prejudicar as empresas financeiramente, argumento que favorece a defesa das companhias.

LICENÇA. Batizado de VM-CA Advogados, sigla com as iniciais do nome do ministro, o escritório atualmente é comandado pelas advogadas Marcela Mattiuzzo, mulher de Vinicius Marques, e Ticiane Lima. Para indicar que se desvinculou da empresa, o titular da CGU formalizou um pedido de licença da banca advocatícia no dia 10 de janeiro de 2023.

Em seguida, consultou a Comissão de Ética sobre a possibilidade de seguir recebendo os dividendos do escritório, mesmo licenciado. A comissão considerou que não haveria problema no recebimento. ●

Redes sociais

Órgão dos EUA intima Rumble a entregar solicitações do Supremo

JULIANO GALISI

A rede social Rumble informou ontem que foi intimada pela Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, presidida pelo republicano Jim Jordan, a entregar as solicitações do Supremo Tribunal Federal (STF) ao site para remoção de conteúdo ou restrição de contas no Brasil. A plataforma afirmou que cumprirá a determinação da comissão, que está investigando suposta "censura" a redes sociais no Brasil.

O Rumble é uma plataforma para o compartilhamento de vídeos que funciona de forma similar ao YouTube. A rede já foi citada em decisões do STF para a remoção de conteúdo, mas não cumpriu as determinações da Justiça brasileira por não contar com representação no País. Com a proposta de ser "imune à cultura do cancelamento", o Rumble passou a abrigar produtores de conteúdo restrito em outras redes sociais, como os bolsonaristas Paulo Figueiredo, Rodrigo Constantino e Bruno Aiub, conhecido como Monark.

A investigação da Comissão de Justiça integra iniciativas da oposição ao presidente americano, Joe Biden. No último dia 17, um relatório divulgado por deputados do Partido Republicano que compõem o colegiado compilou 88 decisões da Justiça brasileira para a remoção de conteúdos no X e em

outras redes sociais. Segundo os autores, o objetivo do documento é apurar "como e com qual extensão o Poder Executivo (dos EUA, Joe Biden) coagiu ou se juntou com empresas e outros intermediários para censurar discurso lícito".

O documento foi divulgado após Elon Musk, dono do X, prometer tornar públicas ordens do ministro do STF Alexandre de Moraes para a derrubada de perfis em sua rede social. A promessa ocorreu no início de abril, diante de críticas do empresário ao magistrado brasileiro e ao Supremo.

Despacho Comissão de Justiça da Câmara dos Estados Unidos pediu ainda dados à Casa Branca

Além do relatório, a comissão fez um requerimento de informações à Casa Branca. O pedido é assinado por Jim Jordan e demanda ao governo do país todas as comunicações relativas à "suspensão ou remoção de contas no X (antigo Twitter) ou em qualquer outra plataforma de mídia social" que o governo americano tenha mantido com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ou com o governo brasileiro. O prazo para a resposta da Casa Branca termina na próxima terça-feira. O Rumble estabelece uma política menos restrita para a moderação de conteúdo. ●